

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI 14.133/2021 E NORMATIVOS INFRALEGAIS

1- OBJETO

Contratação de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), devidamente licenciada e habilitada, para prestação de serviços de acolhimento institucional em regime residencial, destinados ao atendimento de pessoas idosas do Município de Tarumã/SP, encaminhadas pela Prefeitura Municipal de Tarumã, garantindo proteção integral, cuidados especializados, segurança, bem-estar e atendimento às necessidades sociais, de saúde e de convivência, em conformidade com a legislação vigente.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021)

A presente contratação tem por objeto a disponibilização de vaga em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), em regime residencial, para acolhimento de pessoa idosa encaminhada pelo Município de Tarumã/SP, visando assegurar proteção integral, cuidados especializados e garantia dos direitos fundamentais da pessoa idosa.

A necessidade da contratação decorre do cumprimento da determinação judicial constante na Ação Civil Pública nº 1505366-28.2025.8.26.0047, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em favor da senhora Maria Aparecida Pereira, nascida em 25 de novembro de 1954, a qual se encontra em situação de extrema vulnerabilidade pessoal e social, necessitando de acolhimento institucional e cuidados permanentes que não podem ser adequadamente prestados por seus familiares.

Conforme constatado nos autos do referido processo, a idosa demanda acompanhamento contínuo e atendimento especializado, sendo necessária sua inserção em ambiente adequado, dotado de estrutura física apropriada, equipe técnica capacitada e serviços voltados à promoção da saúde, alimentação, higiene, convivência social, proteção e bem-estar.

A Constituição Federal, o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003), a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993) e as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS atribuem ao Poder Público o dever de garantir proteção integral às pessoas idosas em situação de risco ou vulnerabilidade, especialmente quando inexisterem condições familiares adequadas para assegurar os cuidados necessários.

Considerando que o Município de Tarumã não dispõe de unidade própria apta a prestar o serviço de acolhimento institucional de longa permanência exigido para o caso concreto, torna-se necessária a contratação de instituição especializada e regularmente licenciada pelos órgãos

competentes, apta a oferecer atendimento contínuo e humanizado, observando as normas sanitárias, assistenciais e de proteção à pessoa idosa.

Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para o cumprimento da decisão judicial, para a preservação da integridade física, emocional e social da beneficiária e para a efetivação dos direitos assegurados pela legislação vigente, atendendo ao interesse público e à necessidade administrativa devidamente demonstrada.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

A solução consiste na contratação de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), devidamente licenciada e habilitada pelos órgãos competentes, para prestação de serviço de acolhimento institucional em regime residencial.

O serviço deverá ser prestado de forma contínua e ininterrupta, compreendendo moradia, alimentação adequada, cuidados de higiene pessoal, acompanhamento social, suporte às atividades da vida diária, administração de medicamentos quando prescritos, monitoramento das condições de saúde, promoção da convivência comunitária e demais atendimentos necessários à garantia da proteção integral da pessoa idosa.

A instituição contratada deverá disponibilizar instalações adequadas, acessíveis e seguras, em conformidade com as normas sanitárias, assistenciais e de proteção à pessoa idosa, bem como manter equipe técnica e operacional compatível com as exigências legais para o funcionamento de Instituições de Longa Permanência para Idosos.

A solução contempla todas as atividades necessárias para assegurar o acolhimento integral da beneficiária, garantindo atendimento humanizado, respeito à dignidade da pessoa humana, preservação dos vínculos familiares quando possível e promoção da qualidade de vida, em conformidade com o Estatuto da Pessoa Idosa, a Política Nacional do Idoso, as normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e demais legislações aplicáveis.

Dessa forma, a contratação apresenta-se como a solução mais adequada para atender à necessidade administrativa identificada, assegurar o cumprimento da determinação judicial e garantir a proteção integral da pessoa idosa em situação de vulnerabilidade social e familiar

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da necessidade identificada, a instituição a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – Ser Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) regularmente constituída e devidamente licenciada pelos órgãos competentes para o exercício de suas atividades;

II – Possuir alvarás, licenças e demais autorizações exigidas pela legislação federal, estadual e municipal aplicáveis ao funcionamento de instituições destinadas ao acolhimento de pessoas idosas;

III – Atender às disposições do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003), da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), das normas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, da Resolução RDC nº 502/2021 da ANVISA e demais legislações pertinentes;

IV – Disponibilizar estrutura física adequada, acessível e segura, compatível com as necessidades das pessoas idosas acolhidas, observando as normas de acessibilidade, segurança, higiene e salubridade;

V – Manter equipe técnica e operacional qualificada e em quantidade suficiente para garantir atendimento contínuo, humanizado e adequado às necessidades dos residentes;

VI – Disponibilizar serviços de hospedagem, alimentação, higiene pessoal, lavanderia, acompanhamento social, atividades de convivência e demais atendimentos necessários à proteção integral da pessoa idosa;

VII – Garantir acompanhamento das condições de saúde dos acolhidos, administração de medicamentos conforme prescrição médica e encaminhamento para atendimento médico e hospitalar sempre que necessário;

VIII – Permitir o acompanhamento e a fiscalização dos serviços pela Prefeitura Municipal de Tarumã e pelos órgãos de controle e proteção da pessoa idosa;

IX – Manter prontuários, registros e documentação atualizados referentes aos atendimentos prestados, observando a legislação aplicável e a proteção dos dados pessoais;

X – Executar os serviços de forma contínua e ininterrupta durante toda a vigência contratual, assegurando condições adequadas de acolhimento, proteção e bem-estar da pessoa idosa.

A contratação possui natureza de serviço contínuo, uma vez que sua interrupção poderá comprometer a segurança, a integridade física e emocional e a garantia dos direitos fundamentais da pessoa idosa acolhida, exigindo atendimento permanente e ininterrupto.

5 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

A execução do objeto ocorrerá mediante a disponibilização de vaga em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), devidamente licenciada e habilitada para o acolhimento institucional em regime residencial, visando atender às necessidades da pessoa idosa encaminhada pelo Município de Tarumã/SP.

O acolhimento deverá ser realizado de forma contínua e ininterrupta, durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, compreendendo hospedagem, alimentação, cuidados de higiene pessoal, administração de medicamentos conforme prescrição médica, acompanhamento social,

atividades de convivência, monitoramento das condições de saúde e demais serviços necessários à proteção integral da pessoa idosa.

A instituição contratada deverá disponibilizar instalações adequadas, seguras, acessíveis e compatíveis com as necessidades dos acolhidos, observando integralmente as normas sanitárias, assistenciais e de proteção à pessoa idosa vigentes.

O atendimento deverá ser prestado por equipe técnica e operacional qualificada, em quantidade compatível com as exigências legais e com as necessidades da pessoa acolhida, garantindo atendimento humanizado e respeito à dignidade da pessoa idosa.

A contratada será responsável por fornecer todos os recursos humanos, materiais, equipamentos, insumos e serviços necessários à perfeita execução do objeto, sem qualquer ônus adicional para a Administração além do valor contratado.

A Prefeitura Municipal de Tarumã realizará o encaminhamento formal da pessoa idosa à instituição contratada, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, podendo solicitar informações, relatórios e documentos que comprovem a adequada prestação dos serviços.

Os serviços serão considerados satisfatoriamente executados mediante a comprovação da efetiva permanência da pessoa idosa na instituição e da prestação regular dos serviços contratados, observados os padrões de qualidade, segurança e atendimento exigidos pela legislação aplicável.

A execução contratual deverá observar, além das disposições contratuais, as normas previstas no Estatuto da Pessoa Idosa, na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, nas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, na RDC nº 502/2021 da ANVISA e demais legislações pertinentes.

6 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

A gestão e a fiscalização do contrato serão realizadas por servidores formalmente designados pela Administração Municipal, nos termos dos artigos 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços contratados.

O gestor do contrato será responsável pelo acompanhamento geral da execução contratual, adotando as medidas necessárias para assegurar o cumprimento das obrigações pactuadas, promovendo a interlocução entre a Administração e a contratada, bem como registrando ocorrências e providências relacionadas ao contrato.

O fiscal do contrato será responsável pelo acompanhamento direto da prestação dos serviços, verificando a regularidade do acolhimento institucional, a qualidade do atendimento prestado à pessoa idosa, o cumprimento das obrigações contratuais e a conformidade dos serviços com as exigências legais e normativas aplicáveis.

A contratada deverá permitir livre acesso aos representantes da Administração Municipal às suas instalações, documentos e registros relacionados à execução do objeto, sempre que solicitado para fins de acompanhamento e fiscalização contratual.

A fiscalização poderá realizar visitas técnicas periódicas à instituição, solicitar relatórios de acompanhamento, registros de atendimento e demais documentos necessários para verificar a adequada execução dos serviços contratados.

A execução contratual será acompanhada por meio de relatórios, registros administrativos, visitas técnicas e demais instrumentos de controle que permitam avaliar a qualidade dos serviços prestados e a permanência da pessoa idosa acolhida.

A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução integral do objeto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos ou falhas decorrentes da prestação dos serviços.

Eventuais inconformidades verificadas durante a execução contratual deverão ser comunicadas à contratada para adoção das medidas corretivas cabíveis, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação e no contrato, quando for o caso.

O pagamento dos serviços ficará condicionado à comprovação da efetiva execução do objeto contratado, mediante apresentação da documentação exigida, atesto do fiscal do contrato e observância das demais condições estabelecidas no instrumento contratual

7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada mensalmente, mediante verificação da efetiva prestação dos serviços de acolhimento institucional em regime residencial e da permanência da pessoa idosa na Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) contratada.

Para fins de medição, será considerada a disponibilização da vaga e a execução regular dos serviços contratados, incluindo hospedagem, alimentação, cuidados de higiene pessoal, acompanhamento social, monitoramento das condições de saúde e demais atendimentos necessários ao acolhimento integral da pessoa idosa.

A contratada deverá apresentar, mensalmente, Nota Fiscal/Fatura acompanhada dos documentos comprobatórios da execução dos serviços, bem como demais documentos exigidos pela Administração para instrução do processo de pagamento.

O fiscal do contrato realizará a conferência da documentação apresentada e emitirá o respectivo atesto de recebimento dos serviços, certificando que a execução ocorreu em conformidade com as condições estabelecidas no contrato.

O pagamento será efetuado pela Contratante em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços e a apresentação da documentação exigida, observada a ordem cronológica de pagamentos e as disposições dos artigos 141 a 146 da Lei nº 14.133/2021.

Para a realização do pagamento, a contratada deverá manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

Havendo erro na documentação apresentada, inconsistência na execução dos serviços ou descumprimento de qualquer obrigação contratual, o pagamento ficará suspenso até a regularização da situação, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas cabíveis.

Na hipótese de desligamento, transferência, falecimento ou cessação da necessidade de acolhimento da pessoa idosa, o pagamento será realizado proporcionalmente ao período efetivamente executado, quando cabível, observadas as condições estabelecidas no contrato.

Os pagamentos serão efetuados mediante depósito ou transferência bancária em conta de titularidade da contratada, após a devida liquidação da despesa e autorização da autoridade competente.

8 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público.

Considerando a natureza do objeto, que consiste na prestação de serviços especializados de acolhimento institucional para pessoa idosa em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), a contratação será realizada mediante a modalidade e o procedimento legalmente cabíveis, conforme justificativa constante no processo administrativo.

Poderão participar da contratação instituições que possuam autorização para funcionamento e comprovem aptidão para a execução do objeto, mediante apresentação da documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnico-operacional exigida pela legislação e pelo instrumento convocatório.

A instituição deverá comprovar, no mínimo:

- I – Regular constituição e funcionamento da entidade;
- II – Licenciamento e autorização dos órgãos competentes para prestação dos serviços de acolhimento institucional de idosos;
- III – Regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos termos da legislação vigente;
- IV – Capacidade técnico-operacional para execução dos serviços, mediante comprovação de experiência compatível com o objeto contratado;
- V – Disponibilidade de vaga para acolhimento da pessoa idosa encaminhada pelo Município;
- VI – Estrutura física adequada e acessível, em conformidade com as normas sanitárias, assistenciais e de segurança aplicáveis;

VII – Equipe técnica e operacional compatível com as exigências legais para funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos.

O critério de julgamento será o de menor preço, desde que atendidas integralmente as especificações do objeto e os requisitos de habilitação estabelecidos no processo de contratação.

A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações apresentadas e a efetiva capacidade da instituição para executar o objeto, inclusive mediante visitas técnicas às instalações da entidade, quando julgar necessário.

A contratação somente será efetivada após a comprovação de que a instituição atende às exigências legais, técnicas e operacionais necessárias para assegurar a adequada prestação dos serviços e a proteção integral da pessoa idosa acolhida

9 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor total da contratação é de aproximadamente R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), tendo como base os valores praticados em contratações anteriores realizadas pela Administração, bem como pesquisas de mercado e parâmetros compatíveis com o objeto pretendido. Tal estimativa tem por finalidade subsidiar o planejamento da contratação e a reserva dos recursos orçamentários necessários, podendo ser ajustada após a realização da pesquisa de preços e demais procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021

10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), destinada à prestação de serviços de acolhimento institucional em regime residencial para idosos encaminhados pelo Município de Tarumã/SP, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente da Secretaria Municipal de Assistência Social, utilizando dotações vinculadas ao atendimento à pessoa idosa.

A Administração Municipal adotará as medidas necessárias para assegurar a disponibilidade orçamentária e financeira durante toda a execução contratual, observando os princípios do planejamento, da responsabilidade fiscal, da eficiência e da continuidade dos serviços públicos. Caso necessário, poderão ser promovidas suplementações, remanejamentos ou adequações orçamentárias, observadas as disposições da legislação vigente e os instrumentos de planejamento orçamentário do Município.

A contratação somente será formalizada mediante a comprovação da existência de dotação orçamentária suficiente e da emissão da respectiva Nota de Empenho, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e demais normas aplicáveis.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada, sem prejuízo de outras previstas na legislação aplicável e no instrumento contratual:

- I – Executar os serviços contratados de forma contínua, eficiente e em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência, no contrato e na legislação vigente;
- II – Disponibilizar vaga e realizar o acolhimento institucional da pessoa idosa encaminhada pelo Município de Tarumã, em regime residencial, durante todo o período de vigência da contratação ou enquanto perdurar a necessidade do acolhimento;
- III – Garantir atendimento humanizado, digno e respeitoso, preservando a integridade física, psicológica, moral e social da pessoa idosa acolhida;
- IV – Disponibilizar instalações adequadas, seguras, acessíveis, higienizadas e em conformidade com as normas sanitárias, assistenciais e de segurança aplicáveis às Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI;
- V – Fornecer alimentação adequada às necessidades nutricionais da pessoa acolhida, observadas as recomendações médicas e nutricionais, quando existentes;
- VI – Assegurar os cuidados de higiene pessoal, acompanhamento diário, administração de medicamentos prescritos, monitoramento das condições de saúde e encaminhamento para atendimento médico sempre que necessário;
- VII – Manter equipe técnica e operacional qualificada e em quantidade suficiente para a adequada prestação dos serviços, observando as exigências legais e regulamentares aplicáveis;
- VIII – Comunicar imediatamente à Contratante qualquer ocorrência relevante envolvendo a pessoa acolhida, incluindo alterações significativas do estado de saúde, internações hospitalares, acidentes, evasões, transferências ou falecimento;
- IX – Manter atualizados os registros, prontuários e demais documentos relativos ao atendimento prestado à pessoa acolhida;
- X – Permitir o acesso dos representantes da Contratante às instalações da instituição, bem como disponibilizar documentos e informações necessários ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual;
- XI – Cumprir integralmente as normas previstas no Estatuto da Pessoa Idosa, na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, nas normativas do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, na RDC nº 502/2021 da ANVISA e demais legislações aplicáveis;
- XII – Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações decorrentes da execução do contrato, não gerando qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e a Administração Pública;
- XIII – Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;

XIV – Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, quaisquer falhas ou irregularidades verificadas na prestação dos serviços;

XV – Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, sem prejuízo das demais responsabilidades legais cabíveis.

Parágrafo único. A fiscalização exercida pela Administração Municipal não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do objeto contratado.

12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

I – Efetuar o encaminhamento formal da pessoa idosa à Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), fornecendo as informações e documentos necessários para o adequado acolhimento;

II – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor(es) formalmente designado(s), nos termos da Lei nº 14.133/2021;

III – Fornecer à Contratada, sempre que disponível, informações relevantes acerca das condições de saúde, situação social e demais dados necessários ao atendimento da pessoa acolhida;

IV – Comunicar à Contratada quaisquer orientações, determinações judiciais ou administrativas que possam impactar a execução dos serviços;

V – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais, o Termo de Referência e a legislação aplicável;

VI – Realizar o acompanhamento da qualidade dos serviços prestados, podendo promover visitas técnicas, solicitar relatórios e demais documentos necessários à fiscalização da execução contratual;

VII – Receber e atestar os serviços efetivamente prestados, desde que executados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato;

VIII – Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nos prazos e condições previstos no contrato, após a devida liquidação da despesa e atesto da execução dos serviços;

IX – Aplicar as sanções administrativas cabíveis quando constatado descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

X – Notificar formalmente a Contratada sobre falhas, irregularidades ou descumprimentos verificados na execução dos serviços, concedendo prazo para manifestação e adoção das medidas corretivas necessárias;

XI – Disponibilizar à Contratada os contatos dos responsáveis pela gestão e fiscalização contratual para fins de comunicação e acompanhamento da execução do objeto;

XII – Cumprir as demais obrigações previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à contratação pública.

Parágrafo único. A Administração Municipal não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou a contratada que cometer as infrações previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções administrativas:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

14 – SUSTENTABILIDADE E IMPACTOS AMBIENTAIS

Nos termos do art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise dos possíveis impactos ambientais relacionados à presente contratação.

15 – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 04 (QUATRO) meses contados a partir da assinatura do contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

18- CONCLUSÃO TÉCNICA

Após a análise da necessidade administrativa, das alternativas disponíveis e dos requisitos necessários para atendimento da demanda, conclui-se que a contratação de Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), devidamente licenciada e habilitada, mostra-se a solução mais adequada, viável e eficiente para garantir o acolhimento institucional da pessoa idosa encaminhada pelo Município de Tarumã/SP.

A contratação é necessária para assegurar a proteção integral, a dignidade, a segurança e o bem-estar da pessoa idosa em situação de vulnerabilidade social e familiar, bem como para atender à determinação judicial constante na **Ação Civil Pública nº 1505366-28.2025.8.26.0047, proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.**

Verifica-se que a solução pretendida atende ao interesse público, está alinhada às competências legais do Município e observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade técnica e administrativa da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo para a formalização da contratação, observadas as exigências legais, orçamentárias e contratuais aplicáveis.

TARUMÃ, 09 DE JUNHO DE 2026

Edna Cristina da Silva
Supervisora de Programas
Prefeitura Municipal de Tarumã